

Veja como
fica seu salário
em URV

Pró Patrimônio

De 8 a 10 de março aconteceu no Auditório da Catedral Metropolitana, Florianópolis, o I Seminário Catarinense em Defesa do Patrimônio e do Serviço Público, promovido pela CUT Estadual. Na abertura o professor Lauro Campos, economista da UNB, irá falar sobre "Neoliberalismo e as Privatizações". Ao final do seminário será traçado um plano de ação e lutas para enfrentar este processo. Os interessados em participar do evento devem procurar a diretoria de seu sindicato.

Oficina acabou

Encerrou na semana passada mais uma oficina de teatro que o Departamento de Cultura do Sinergia promoveu com o ator/diretor de teatro e televisão Valdir Onofre. A procura por este tipo de atividade superou as expectativas. Nas duas oficinas realizadas faltaram vagas e os resultados já começam a aparecer: alguns participantes formaram grupos e já ensaiam duas peças teatrais para futuras apresentações.

Discordância de números

O diretor do Sindicato dos Eletricistas de Lages Juraci Bologniet está contestando os números fornecidos pela Crab sobre os reassentamentos de Itá. Segundo ele, em levantamento da Eletrosul de 1987, foram registradas mil famílias a serem reassentadas, "das quais foram removidas 132 e está sendo concluído o reassentamento de mais 30 famílias, para abril de 1994." Juraci diz ainda que estão em andamento o reassentamento de mais 75 famílias, totalizando com isto, 237 famílias. "Por isto ele acredita que a estimativa é de que faltam apenas 600 famílias a serem reassentadas, contado as que já deixaram a área por conta própria.

Nº 161
03/03/94

LINHA VIVA

Recessivo sim!

edi to rial

É impossível responder à pergunta "vai dar certo" se não analisarmos o Plano Fernando Henrique em um contexto muito mais amplo e complexo do que o próprio plano. Ele não é um fato isolado em uma conjuntura tumultuada, em um ano em que se altera a Constituição, se elege novo presidente, novo Congresso.

O plano se encaixa como uma mera peça de um quebra-cabeça. Primeiro foi o ajuste fiscal que acabou taxando apenas as pessoas físicas com a nova tabela do Imposto de Renda e o IPMF. Junto com isso negociações com os banqueiros internacionais permitiram ao governo fazer um caixa para sustentar uma investida estratégica como a dolarização da economia.

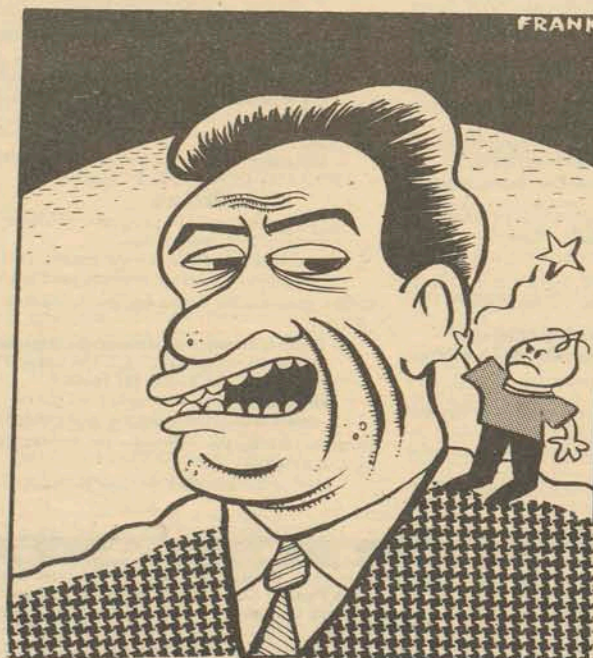
Paralelamente (mas não distante) este plano é uma espécie de moeda corrente na revisão constitucional. Em troca da aprovação do Fundo Social de Emergência, foi negociada a prorrogação do prazo da revisão, o que significa simplesmente a aprovação da chamada "nova ordem econômica" que é a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações, entre outras coisas. A revisão é mais uma etapa do plano.

A própria "flexibilização" dos direitos dos trabalhadores se encaixa perfeitamente no processo. O plano se encarrega de liquidar com as possibilidades de haver ganhos reais e não sinaliza nenhuma política salarial quando vier a conversão para a nova moeda.

Cabe então uma pergunta: um plano que congela o poder aquisitivo por bai-

xo, eleva os juros para inibir o consumo, e libera os preços é ou não recessivo? Claro que sim! Tanto que há até uma previsão velada de aumento do desemprego e um tímido dispositivo para coibir as demissões.

As perdas impostas aos trabalhadores são incontestáveis. O plano pretende especialmente "criar clima" para eleições através de uma réplica atrapalhada do modelo argentino. Resta saber se a ressaca do plano vai ser tão drástica como as dos demais, se aqui o resultado da queima de reservas para segurar o dólar também vai redundar na venda das estatais. Pois uma coisa é certa: se o governo tem US\$ 33 bilhões para bancar o plano, resta saber para o cofre de quem vai pular esta quantia. Dos especuladores?



Ações da Celesc

O Sinergia participou dia 02/03 de uma reunião do Colegiado de Governo de Florianópolis. A convite do vice-prefeito Afrânio Boppré, o Sindicato foi auxiliar o executivo que pretende tomar uma posição sobre vender ou não as ações da Celesc que pertencem à prefeitura, como vem ocorrendo em vários municípios. Os sindicalistas disseram da sua preocupação em garantir que a Celesc continue sendo um patrimônio público. "Não queremos fazer como fez o governador na transação com o banco Morgam, estamos ouvindo os interessados", explicou Afrânio.

Concurso externo

A Celesc realizará Concurso Externo para preenchimento de futuras vagas para o cargo de eletricitista. As inscrições, que deverão ser feitas nas agências regionais, encerram-se no dia 11/03/94. Mais informações nas agências.

Mais ônibus

A prefeitura de Florianópolis, num trabalho de remanejamento de horários de todas as linhas dos bairros e de otimização da frota de ônibus disponível, havia retirado uma linha que atendia basicamente os empregados da Celesc. Esta mudança causou alguns transtornos e os empregados atingidos procuraram o Sinergia para buscar solução. Em reunião com o núcleo de transportes chegou-se ao seguinte resultado: a prefeitura se compromete a aumentar o número de horários de ônibus das linhas regulares que passam próximos da Celesc, contudo não está concordando em manter a linha Beira Mar/SC 404, que trocou pela Gama D'Eça/SC 404/Parque São Jorge. Ainda hoje (dia 3) o Sinergia terá confirmação de novos horários, que serão distribuídos aos eletricitistas para estabelecer uma discussão com os funcionários da Celesc.

Dieese diz que medidas revelam caráter do governo

Além das perdas salariais para os trabalhadores, a implantação da URV teve como "efeito colateral" mostrar definitivamente o caráter do atual governo. "Ao arbitrar que os trabalhadores é que serão os penalizados, o governo tomou uma posição. Mais do que ninguém o trabalhador quer acabar com a inflação, mas há outras formas", explica o economista e supervisor técnico do escritório regional do DIEESE em Santa Catarina, José Alvaro.

Assim como não há nada de neutro num processo inflacionário (a maioria, que é assalariada, perde e uma minoria ganha muito dinheiro com a inflação), o Plano de Estabilização também não é neutro. "Por que não escolheram penalizar quem ganhou muito dinheiro com a inflação? Por que não escolheram, por exemplo dilatar os prazos de pagamento da dívida interna? Os credores desta dívida (que tornou o governo refém do sistema financeiro, trouxe os juros altos, etc.) são os grandes empresários. O Brasil paga hoje os

juros mais altos do mundo e eles irão continuar altos. Não determinaram nada a respeito disto, por quê?" pergunta José Alvaro.

O técnico do DIEESE está preocupado com a ausência de perspectivas e a possibilidade de mais recessão com a implantação da URV. "Não há nada na medida falando de crescimento econômico. Seguimos os passos de outros planos implantados na América Latina e sabemos que o custo social é imenso. Porque copiar fórmulas cujos resultados são aumentar o grau de concentração de renda, num país onde este grau já é insuportável?"

A solução adotada para os salários não foi boa, explica o técnico do DIEESE, porque cristaliza perdas passadas. "Pela média o salário acabou ficando baixo e em algumas categorias isto se fará sentir mais que em outras". E à medida em que a análise do plano vai se aprofundando algumas dúvidas começam a surgir: "E se houver inflação em URV, o que fazer?", pergunta José Alvaro.

CUT fala em greve geral

As centrais sindicais declararam guerra às perdas salariais causadas pelo plano FHC. No segundo dia de vigência da medida provisória houve até paralisações de metalúrgicos em São Paulo.

As perdas salariais, segundo a CUT, se não forem recuperadas agora, antes do pagamento do primeiro salário em URV, nunca mais serão recuperadas. A medida provisória acaba com as datas bases no que diz respeito a salários.

A executiva nacional da CUT, reunida no dia

1º de março, orientou todos os sindicatos filiados para discutirem a realização de uma greve geral ainda na segunda quinzena de março. A Central está chamando manifestações em todo país contra o Plano FHC e a Revisão Constitucional. "O Plano e a Reforma são parte de um mesmo processo", disparam dirigentes da cutistas.

Nos dias 8, 9 e 10 a executiva da CUT volta a discutir o plano e um calendário para a greve geral.

Retrospecto dos planos

Plano Cruzado: fev/86

Medidas
- congelamento de preços e salários
- conversão dos salários pela média dos últimos 6 meses
- abono salarial de 8%
- política de reajustes com "gatilhos" quando a inflação chegasse a 20%
- reposição na data-base limitada a 60% da inflação, com o restante ficando para a negociação
- Justiça proibida de repor as perdas anteriores ao plano

Implementação
- inflação baixa nos primeiros meses.
- julho, empréstimo compulsório sobre automóveis e combustíveis, "expurgado" do índice de inflação
- a partir de agosto, generalização do ágio, maquiagem de produtos.

- inflação: mar/86 = 1,39% - dez/86 = 15,96%

PLANO CRUZADO 2: nov/86

Medidas
- autorizou aumentos de preços
- troca de índice de reajuste salarial retardou primeiro "gatilho"
- alterou regras para disparo dos "gatilhos"

- inflação: nov/86 = 15,96% - jun/86 = 23,28%

PLANO BRESSER: jul/87

Medidas
- congelamento de preços com aviso prévio e prazo determinado
- inflação de junho foi excluída dos reajustes salariais (plano bresser)
- resíduo do último "gatilho" foi parcelada em até

6 vezes

- novos reajustes seguiriam a URP, que era a média da inflação do trimestre anterior

- inflação: ago/87 = 5,84% - out/87 = 11,24%

PLANO VERÃO: jan/89

Medidas

- congelamento de preços com aviso prévio

- congelamento de salários com conversão pela

média de 1988 mais uma atualização igual à URP de

janeiro de 1989 (26,05%)

- com protestos os trabalhadores conseguiram elevar o percentual de atualização para 53,27%

- lei salarial só em julho de 1989, com reajustes

mensais

- inflação: mar/89 = 10,22% - jun/89 = 26,50%

PLANO COLLOR I: mar/90

Medidas

- congelamento de preços e salários

- confisco da poupança

- exclusão da inflação de março (84,32%)

- reajustes salariais seriam prefixados, mas a primeira prefixação ficou em zero, contra 44% de inflação.

- reposição na data-base pela média de 12 meses

- inflação: mai/90 = 11,23% - jan/91 = 24,43%

PLANO COLLOR II: fev/91

Medidas

- conversão dos salários pela média de 12 meses, com exclusão da inflação de fevereiro (19,4% pelo

ICV-DIEESE)

- inflação: mar/91 = 9,99% - out/91 = 20,76%

✓ A Medida Provisória acaba com as datas bases para efeito de cláusulas econômicas, portanto, as perdas causadas pelo plano são consolidadas e permanentes.

✓ A equipe econômica teve o cuidado de fechar as portas jurídicas para eventuais reivindicações judiciais das perdas, como aconteceu nos outros planos, especialmente no Bresser.

✓ Collor confiscou os salários e poupança escancaradamente. FHC faz o mesmo com os salários e não assume.

✓ Conforme Maria Conceição Tavares, o plano é altamente concentrador de renda, possibilitando aos empresários reduzir despesas (especialmente com pessoal) com os preços liberados.

✓ Em várias capitais os transportes coletivos já custam 50% mais caro. Enquanto isso, os motoristas e cobradores que têm data-base em março terão os salários arrochados. Sobe a margem de lucro. Isso é concentração de renda!

✓ A perda média dos assalariados vai ficar entre 10 e 15%, ou seja, a massa salarial que representa 30% do Produto Interno Bruto vai ser achatada. Isso é recessão!

✓ Muita gente ainda pergunta porque os salários, segundo o plano, foram corrigidos pela média dos salários e não de outro índice como a cesta básica. Certamente o arrocho seria menor. Resposta: isso não interessa para quem quer "enxugar" a massa salarial.

✓ Como fica a maioria dos brasileiros que sequer tem conta em banco para "proteger" seu salário. Ela vai receber em cruzeiros reais convertidos, só que no fim do mês. E os preços vão subindo diariamente. A safada é gastar tudo no dia do pagamento? E quem sequer tem carteira assinada?

Segunda etapa do Plano FHC acerta em cheio os salários

Clóvis Scherer Técnico do Dieese

A Medida Provisória nº 434, que criou a URV e decretou o reajuste salarial pela média, é a segunda fase do Plano FHC, anunciado no início de dezembro. A primeira fase seria a do chamado ajuste fiscal (zeramento do déficit entre receitas e despesas da União), implementada através da aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE) e do orçamento de 1994. A terceira e última fase, é a transformação da moeda para o Real, escorada no dólar, quando a inflação cairia para taxas muito baixas. Este é o objetivo de todo o Plano.

Na lógica do Plano, o ajuste fiscal é necessário para mostrar a todos que o governo tem as finanças equilibradas, recursos para saldar seus compromissos e para enfrentar a inflação, desestimulando atitudes especulativas ou preventivas dos empresários. A fase do ajuste fiscal está ainda incompleta, pois falta discutir e aprovar o orçamento deste ano. São previstos cortes monumentais nas despesas do governo, que devem afetar os programas e gastos sociais. Por outro lado, o governo já conta com a aprovação do FSE e espera um aumento



na arrecadação de impostos federais de 15% este ano, que representam um volume considerável de recursos livres para o manejo da política econômica.

A segunda fase, que estamos vivendo agora, pretende difundir o uso de um único índice, a URV, para reajuste de salários, preços e contratos. Para os salários, tarifas, câmbio e contratos, a URV será compulsória. Para os demais preços de bens e serviços, inclusive os juros, o governo espera a adoção voluntária do índice.

Além da unificação do índice que reajusta preços e salários, o governo busca o instantâneo ou gradual "esquecimento" de eventuais perdas passadas. Ele quer que os perdedores aceitem sua situação e que os ganhadores não busquem novas vitórias no conflito pela distribuição da renda, ambos cristalizando suas posições em URVs. A partir daí, ganhadores e perdedores iniciariam uma nova rodada, com uma nova moeda na fase três do Plano.

Neste última etapa, com uma moeda forte, o governo pretende que deixem de existir regras predeterminadas de reajustes de preços e salários pela inflação (presente ou passada) - a tal da desindexação da economia. O câmbio seria mantido inalterado, como ocorre hoje na Argentina, devendo o real representar a mesma quantidade de dólares. Os preços seguiriam as "leis de mercado", com os oligopólios (automóveis, cimento, remédios) sendo combatidos por importações e leis contra o abuso do poder econômico. O governo não vê necessidade numa política salarial neste cenário, porque a inflação seria muito baixa.

Salários na Celesc e Eletrosul em URV

Empresa	Data-base	salário real 28/fev	Salário em URV	Reajuste em URV 1º/março	Perda (da média para 100)	Reaj. neces. recompor
Celesc	1º out 93	70,07	63,35	-9,73%	36,75	58,10%
Eletrosul	1º nov 93	54,38	71,48	31,41%	28,52	39,90%

Nota: Salário real deflacionado pelo ICV/DIEESE. Estimativa de 39% para fev.

Fonte: DIEESE

Explicações sobre a tabela

Considere que na última data-base o salário foi contratado por \$100. Neste caso, ao final de fevereiro ele valia bem menos, em torno de \$70 na Celesc e \$54 na Eletrosul (3ª coluna). Para efeito deste exemplo usamos os salários que receberam integralmente os reajustes previstos na Lei salarial.

Ao converter aquele salário para URV, eles passam a valer \$63 e \$71, respectivamente (4ª coluna). Este valor

é o que os trabalhadores receberão nos próximos meses, seguindo a URV, até o momento em que a moeda for mudada para o real. Portanto, o reajuste recebido no momento da conversão, 1º de março, aparece na 5ª coluna. O número negativo da Celesc indica que o número de URV recebido em março será menor que o de fevereiro, embora o valor em Cruzeiros reais vá ser maior em função do aumento da URV ao longo do

mês.

A coluna das Perdas mostra a distância que vai restar entre o salário em URV e o salário contratado na data-base e que valia \$100. Assim, a perda em cada empresa será igual a 100 menos o valor da 4ª coluna.

Por fim, a última coluna mostra o reajuste necessário para recompor os salários até o valor contratado na data-base, ou seja, fazer com que eles voltem a valer \$100.

TRIBUNA LIVRE

As mulheres e a AIDS

Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora / CUT

Até os anos 80, a sociedade brasileira acreditava que a AIDS afetava apenas os homossexuais homens. Hoje, sabe-se que o leque de pessoas atingidas pela síndrome inclui não só homossexuais, hemofílicos e usuários de drogas injetáveis, como também adolescentes, crianças e mulheres.

No final de 1984, um entre 125 casos de AIDS registrados oficialmente no Brasil era mulher. De lá pra cá a situação evoluiu dramaticamente. Agora um entre cada cinco afetados é notificado entre as mulheres - um quadro que incorpora novos riscos de transmissão, como durante a gestação, amamentação e as relações sexuais.

Nos relacionamentos sexuais e afetivos, o nível de comunicação sobre sexo e sexualidade, assim como a prática sexual em si, é na maioria das vezes ditado pelas relações de poder entre o homem e a mulher.

Alvo preferencial das desigualdades das relações sociais de sexo, a mulher historicamente está em desvantagem para discutir até mesmo o uso da camisinha - o método mais seguro de prevenção. Muitas não têm consciência dos riscos de contaminação. Quando a têm nem sempre esta consciência se traduz em comportamentos preventivos concretos por parte das que precisam avançar na superação do preconceito que envolve o uso do preservativo.

Mas afinal, por que muitas mulheres ficam em posição de desvantagem no que diz respeito à prevenção à AIDS?

Porque se um dos parceiros detém o poder de quando ou como fazer sexo, deixará sempre o(a) outro(a) suscetível e em desvantagem em qualquer negociação sobre a forma de manter a relação sexual e, conseqüentemente, sobre a necessidade do uso da camisinha.

O que fazer em tais situações?

O principal é fazer com que as mulheres incorporem em seu cotidiano sexual a prática, em qualquer tipos de relação sexual, do uso da camisinha.

No Brasil, como em todos os países do mundo, a existência da AIDS vem enfatizar a urgente necessidade de reflexão sobre as diferentes formas de exercício da sexualidade, do uso de drogas, da qualidade do sistema público de saúde e dos cuidados com o sangue.

A maior e mais radical forma de prevenção contra o vírus HIV é a quebra do preconceito. Está lançado o desafio.

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glaucio C. Marques, Sovenir Mácio Dias e Luiz Cézare Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Dinheiro é só dinheiro

**Roberto Möllerstrand
Terapeuta Corporal pela
American Massage an
Therapy Association**

Programação do CIC

Esta é a programação de cinema do Centro Integrado de Cultura. Os eletricitários têm direito a meia entrada com a apresentação da carteira do Sinergia, conforme convênio.

**Quarta-feira (02/03)
e quinta-feira (03/03)**

19h30min - Como
Água para Chocolate

21h30min - Um Lu-
gar no Mundo

Sexta-feira (04/03)

21h - Madame Bova-
ry (sessão única)

Sábado (05/03)

19h - Como Água
para Chocolate

21h - Madame Bova-
ry

Domingo (06/03)

17h - Como Água pra
Chocolate

19h - Um Lugar no
Mundo

21h - Madame Bova-
ry

Entre casais que já superaram concei-
tos e preconceitos ultrapassados em rela-
ção a sexo, educação de filhos e filhas,
tarefas domésticas, "quem trabalha fora"
e outros aspectos, parece que resta um
último tabú: dinheiro.

Dinheiro é, muitas vezes, uma fonte de
encoberta tensão, aberta hostilidade e
conflito crônico. Por que? Por que é mais
difícil para muitos casais, falarem e toma-
rem decisões racionais, harmoniosas a
respeito de suas vidas financeiras, do que
resolver diferenças quanto a sexo, lazer,
ou educação das crianças? Por que di-
nheiro é um tópico tão carregado, velado
em segredos, parecendo um campo mina-
do, onde "bombas psicológicas" ocultam-
se na paisagem?

Existem alguns fatos e dinâmicas que
iluminam este misterioso domínio do
conflito sobre dinheiro e o que isto repre-
senta.

Para a maioria de nós, dinheiro nunca
é só dinheiro; representa poder, amor,
segurança, felicidade, liberdade, depen-
dência, independência ou controle. O va-
lor e carga simbólica que o dinheiro tem
para cada um, depende, em boa parte, da
forma como era visto e usado em nossa
família de origem. Em uma família onde,
por exemplo, o pai reservava e segurava
todo o dinheiro possível por medo de
perdê-lo, um filho poderia adotar plena-
mente as atitudes e hábitos do pai em
relação ao dinheiro, bem como reagir in-

tensamente contra isso, tomando-se um
gastador compulsivo. Uma filha
crescendo em uma família onde mamãe
expressava aprovação e amor através de
presentes como vestidos, sapatos, etc.;
pode adotar depois, o mesmo comporta-
mento consigo própria, fazendo gastos
extravagantes toda vez que se sentir não
amada e carente. Ela pode também reagir
"jurando" nunca expressar amor através
de presentes.

Quando juntam-se duas pessoas, dois
sistemas monetários simbólicos também
dão-se as mãos. Este casamento paralelo
representa muitas vezes um arranjo con-
fuso onde nenhuma das pessoas en-
volvidas realmente compreende a origem
do conflito. Ambos têm dificuldades em
sua relação interior, pessoal, com o di-
nheiro e seu significado. Exercícios de
percepção e consciência podem ajudar o
casal a decodificar estas mensagens sim-
bólicas e juras da infância. Decisões cla-
ras e racionais tornam-se então possíveis.

Quase todo casal, tornando-se mais
íntimo, irá polarizar em torno de padrões
de comportamento mais expressivos. Se
pai e mãe tendem a ser permissivos, por
exemplo, costuma instalar-se uma dispu-
ta, oculta ou aberta, sobre quem será o
mais permissivo e quem irá desempenhar
o papel de disciplinador - "vá falar com
sua mãe, vá pedir a seu pai". Similarmen-
te, em assuntos de dinheiro, o que muitas
vezes emerge numa relação, são um acu-
mulador e um gastador. Mesmo quando
juntam-se dois gastadores, habitualmente
há disputa pelo papel de gastador. O per-
dedor passa a perceber-se e agir como
acumulador, até como avarento, poupan-
do o "impoupável". Assim um torna-se o
ordeiro e cuidadoso administrador e pou-

pador que exita em fazer gastos não pla-
nejados, contabilizando os centavos. O
outro torna-se um gastador espontâneo,
até impossível, incapaz ou não disposto a
controlar seus hábitos de costume. Fre-
quentemente, outras polaridades também
emergem: planejador versus sonhador,
otimista versus pessimista, conta conjun-
ta versus conta separada, etc.

Duas pessoas em um relacionamento
podem atacar o comportamento um do
outro e falhar em reconhecer a secreta
inveja ou admiração que tem pelas habi-
lidades de cada um. No íntimo, acumula-
dores admiram a espontaneidade, otimis-
mo e generosidade dos gastadores, en-
quanto estes admiram o auto-controle, a
disciplina e capacidade de priorizar dos
primeiros.

No entanto, em vez de reconhecimento
da admiração mútua, brigas e comporta-
mentos destrutivos, parecem ser a norma.
A maioria dos casais nunca aprendeu
como aproveitar a energia criativa positi-
va contida em tais diferenças, neste em
outros vários aspectos da "vida a dois". É
crucial para ambos começar a valorizar os
pontos fortes e positivos e aprender com
os dons e habilidades um do outro. Este
processo funciona como uma influência
despolarizante e harmonizadora.

Simples "lições de casa" podem ser
emocionalmente evocativas e esclarece-
doras. O acumulador pode praticar um ato
de "gastança" por semana e registrar to-
das as sensações e sentimentos que acom-
panharem, antes, durante e depois, tanto
o ato em si bem como a momentânea
inversão de papéis. Ao mesmo tempo o
gastador realizará um ato de conservação
e poupança, também registrando, por es-
crito ou num gravador, seus sentimentos
e percepções. É bastante interessante ver
as emoções e temas que emergem deste
exercício.

Esta nova e poderosa conscientização
pode levar a escolhas e possibilidades
mais amplas, em direção à mudança de
padrões enraizados e fixos de comporta-
mento.

Como já mencionado anteriormente,
polarizações podem também ocorrer em
assuntos da intimidade do casal. Moneta-
riamente, em alguns casos, isto manifes-
ta-se em homens querendo contas con-
juntas (estamos falando de pessoas atua-
lizadas) e mulheres preferindo que parte
ou todo o dinheiro seja administrado se-
paradamente. Nos casos de maior con-
flito, o homem sente-se magoado e desacre-
ditado pelo desejo de sua parceira de
manter contas separadas; a mulher sente-
se ameaçada e "abafada", pressionada,
pela insistência do parceiro em estabele-
cer contas conjuntas. O que ambos preci-
sam compreender é o mais profundo e
positivo impulso de crescimento pessoal
expresso nestes desejos.

Na próxima semana, Möllerstrand indica exercícios para evitar conflito e tratar harmonicamente a questão do dinheiro entre casais

